

# O POLICIAL MILITAR E A RESERVA REMUNERADA NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS

## THE MILITARY POLICE AND THE REMUNERATED RESERVE IN THE MILITARY POLICE OF THE STATE OF GOIÁS

GONÇALVES SANTOS, Cleilson<sup>1</sup>  
GARCIA DA SILVA, Sullyvan<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente trabalho científico discute o Policial Militar do Estado de Goiás, a Reserva Remunerada e carência de políticas públicas para esse grupo especial de servidores públicos. Para a melhor compreensão do tema, essa pesquisa procurou dar uma visão geral da passagem do Policial ativo para a inatividade. Foi disponibilizado um questionário contendo 07 (sete) perguntas direcionadas ao tema proposto, com a finalidade de se obter dados e opiniões sobre o tema. Os resultados dessas reportagens foram interessantes, uma vez que, com esses dados traçou-se um perfil dos policiais militares que eminentemente ingressam na inatividade, por exemplo, 100% dos entrevistados acham necessária a implementação de políticas públicas voltadas para os policiais militares que estão prestes a ingressarem na inatividade. Isto posto, entende-se que é plausível a discussão sobre esse assunto no seio militar, e de extrema relevância a criação de políticas públicas voltadas para essa classe específica de policiais militares, pois o Policial Militar, que está em análise, contribuiu e ainda pode contribuir para a excelência no serviço policial militar, desde que, esteja motivado e feliz.

**Palavras Chaves:** Reserva. Carência. Públicas. Inatividade. Relevância. Sociedade.

---

<sup>1</sup> Aluno do Curso de Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás – CAPM, [sgtsantos\\_santos@hotmail.com](mailto:sgtsantos_santos@hotmail.com); Goiania-GO, Maio 2019

<sup>2</sup> Professor orientador: Mestre em Educação do Programa de Pós- Graduação do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás – CAPM, [sull.garcia@hotmail.com](mailto:sull.garcia@hotmail.com); Goiania-GO, Maio 2019

**ABSTRACT**

The present scientific paper discusses the Military Police of the State of Goiás, the Reserved Remuneration and lack of public policies for this special group of public servants. For the better understanding of the theme, this research sought to give an overview of the transition from active police to inactivity. A questionnaire containing 07 (seven) questions directed to the proposed theme was made available, in order to obtain data and opinions on the subject. The results of these reports were interesting since, with these data, a profile of the military police officers imminently entering inactivity was drawn up, for example, 100% of the interviewees believe it necessary to implement public policies aimed at the military police officers who are about to enter inactivity. That said, it is understood that the discussion on this subject in the military is plausible, and the creation of public policies aimed at this specific class of military police is extremely relevant, since the Military Police, which is under analysis, contributed and can still contribute to excellence in military police service, provided they are motivated and happy.

**Key Words:**Reservation. Lack of. PublicInactivity. Relevance. Society.

## 1 – INTRODUÇÃO

Hodiernamente, em um mundo onde se vislumbra organizações criminosas, tráfico internacional de armas, tráfico de entorpecentes, verdadeiros abismos de desigualdades sociais, corrupção endêmica e institucionalizada, e tantas outras mazelas da vida contemporânea, a Polícia Militar, dentro do organograma da Segurança Pública, torna-se um dos principais antídotos para alguns desses cânceres que assolam a sociedade brasileira em todos os Entes Federados. A Polícia Militar é, sem dúvidas, a ponta da lança, a linha de frente desse combate incessante e diuturno, que as Forças de Segurança travam contra os facínoras agressores sociais, em suas atividades nefastas.

Por ter essa posição no combate à criminalidade, e vivenciar o regime militar, o Policial Militar acaba se dedicando exclusivamente ao serviço, comprometendo sua vida social, o tempo com seus familiares, além de expor sua saúde a riscos de toda espécie. É de uma obviedade cristalina, que o serviço exercido pelo Policial Militar extrai uma quantidade considerável de suas forças. Nesse viés, o Policial Militar, dentre os servidores públicos, talvez seja um dos que mais têm exauridas suas forças na execução de sua atividade precípua, tanto as forças físicas quanto as psicológicas. Uma possível explicação para esse desgaste do Policial, pode ser a escala a qual esse combatente está sujeito, além das próprias exigências do serviço atípico e estafante do combate direto a criminalidade.

Em muitas ocasiões no período da atividade, os Policiais Militares se privam do convívio familiar, como por exemplo, aniversários, noivados, almoços em família e tantas outras atividades que são lhes negligenciadas em detrimento da escala de serviço deste, formaturas militares, prontidões e outras formas de tirar o Policial do seu convívio familiar causando-lhe esse desconforto. Portanto, nesse momento de passagem desse servidor público para a inatividade, seria necessário e importante, em âmbito Institucional, o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para esse grupo especial de servidores, os Policiais Militares Inativos, aqueles que cumpriram seu dever profissional, para com a sociedade, sob juramento, durante 30 (trinta) anos.

O Policial Militar inativo carece de Políticas Públicas para essa nova fase de sua vida, senão vejamos, de qual maneira o Policial Militar do Estado de Goiás está ingressando na inatividade? Quais práticas ou atividades sociais ele dispõe para esse período? Quais ações a Instituição tem pensado para amenizar o impacto dessa mudança? São perguntas, que hoje não se tem respostas objetivas, apenas especulam-se alguns mecanismos para propiciar ao Policial inativo uma boa transição. Acredito que, estabelecendo-se, e implementando as Políticas Públicas retro mencionadas, voltadas apenas para essa classe inativa de Policiais Militares, algumas dessas questões poderão ser respondidas singularmente.

O tema: O Policial Militar e a Reserva Remunerada na Polícia Militar do Estado de Goiás: a carência de Políticas Públicas de acompanhamento do Policial após o ingresso na inatividade está posto em sede de uma pesquisa científica, onde se procurou demonstrar a carência de políticas internas e ações que tenham com foco primordial a preparação, a orientação e o acompanhamento do policial após o ingresso na inatividade. Este texto acadêmico tem com pretensão externar algumas sugestões de Políticas Públicas, na perspectiva de proporcionar ao Policial que ingressa na Inatividade, uma passagem de estágio de vida com mais dignidade e garantias.

## **2 – REVISÃO DE LITERATURA**

A aposentadoria, o merecido descanso, a Inatividade, a Reserva Remunerada, a Reforma, ou qualquer que seja a denominação, existe para ela uma previsão Constitucional. No Art. 142, inciso X, da nossa Carta Magna, descreve como se dá, ou dará a passagem do militar do serviço ativo para o inativo:

Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se a defesa da Pátria, à garantia dos Poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

X – a lei disporá sobre o ingresso nas Forças Armadas, os limites de idade, a estabilidade e outras condições de transferência do militar para a inatividade, os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares, de compromissos internacionais e de guerra. (Art. 142, Inciso X da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988)

Os Policiais Militares Estaduais, por extensão, e por terem o regime em sua vida castrense, também gozam de quase todas as prerrogativas dos militares das Forças Armadas. O texto Constitucional assevera que “a lei disporá” sobre o ingresso dos militares na Reserva Remunerada, dentre outras coisas.

No Estado de Goiás, seguindo esse ditame Constitucional foi criada uma Lei que regulamenta várias questões dos Policiais Militares, desde o seu ingresso ao final de sua carreira. A lei 8033/75, O Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Goiás, externa os detalhes da carreira do Policial Militar do Estado de Goiás, desde a entrada a sua passagem para a Inatividade laboral.

Todas as legislações que tratarem do assunto de aposentadoria, ou palavra similar, devem, de acordo com a teoria de Hans Kelsen, total obediência ao texto Constitucional. Diante desse princípio, o referido Estatuto procurou seguir todas as diretrizes da nossa Carta Magna:

Art. 88 - A passagem do Policial-Militar à situação de inatividade, mediante transferência para a reserva remunerada, se efetua:

I - a pedido; e

II - "ext. ofício".

Art. 89 - a transferência para a reserva remunerada, a pedido, será concedida, mediante requerimento, ao Policial-Militar que contar, no mínimo, trinta (30) anos de serviço. (Art. 88 e incisos da Lei 8.033 de 1975 – Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Goiás)

Há atualmente um campo de incertezas sobre a questão de aposentadoria. A reforma da previdência, uma medida extremamente impopular, tem deixado Legislativo e principalmente o Executivo de cabelos em pé. Segundo o economista Paulo Tafner (Revista ISTOÉ 2019, p.16), o sistema

previdenciário atual constrange o crescimento econômico do Brasil. Para o especialista, caso não seja aprovada, a Previdência levaria o país a uma tragédia econômica e social. “A despesa previdenciária que, hoje, é 12% do PIB, passará para algo entre 18% e 20% futuramente. Isso significa dizer que 1/5 de tudo o que for produzido no país vai para a Previdência”, acrescenta, ressaltando que a carga tributária no Brasil aumentaria consideravelmente.

A inclusão das forças armadas na reforma da Previdência tem sido objeto de divergência no cenário nacional, como observa Tafner (Revista ISTOÉ 2019, p.17), um dos maiores especialistas brasileiros no tema, é preciso reconhecer que a carreira militar tem as suas particularidades e demanda regras específicas. Isso não quer dizer, no entanto, que sejam permitidos privilégios no sistema previdenciário da categoria:

“Os militares não podem estar sujeitos ao processo de envelhecimento. Não podemos, por exemplo, ter forças armadas com soldados velhos. Não é à toa que em todos os países do mundo é permitido que seus membros tenham uma saída antecipada, porque não há mais força física para a rotina diária que envolve a atividade. O que não pode acontecer, e isso é uma distinção do Brasil, é sair cedo demais com 100% do seu vencimento. Isso é um privilégio e precisa ser mudado” (Paulo Tafner – Revista ISTOÉ 2019)

Tafner (Revista ISTOÉ 2019 p.17) explica sua teoria, acrescentando que o atual regime carece ainda de outros ajustes, como o aumento das alíquotas de contribuição e as limitações de pensão. Isso demonstra que o assunto é polêmico, e que os estudiosos do tema têm analisado a importância da inatividade do militar, sobretudo a do Policial Militar estadual.

Esta pesquisa científica pretende desconstruir a idéia de que a passagem do Policial Militar do Estado de Goiás do serviço ativo para a Inatividade é tranquila, serena e que proporciona a todos os detentores desse direito, a satisfação e plenitude de felicidade, como se imagina na obscuridade do desconhecimento da realidade dessa passagem do serviço ativo para a Inatividade de alguns destes Policiais. Pretende-se mostrar que existem algumas arestas a serem expostas e reparadas nesse período de encerramento da carreira dos Policiais Militares do Estado de Goiás.

Essa pesquisa se torna interessante, pelo fato de ser um tema relevante, atual, controverso, polêmico e porque em torno dele orbita outros assuntos com a mesma semântica: o alcoolismo na Inatividade, a reintegração

dos Reservistas ao quadro ativo da Polícia Militar de Goiás, a depressão e outras doenças psicossomáticas, as quais acometem os Policiais Militares na Inatividade, o sentimento de inutilidade e impotência que permeia as emoções e a psique dos Policiais Inativos e a falta de Políticas Públicas que tratem o tema com mais prioridade e propriedade.

O que se pretende demonstrar com esse trabalho acadêmico, que há uma lacuna a ser colmatada pela Instituição no sentido de propiciar ao Policial Militar Goiano, uma estudada preparação, boas orientações, para que haja um bom planejamento, bem como presente acompanhamento deste Policial que ora ingressa na Inatividade militar laboral.

É um tema vanguardista e que pode, mesmo que de forma incipiente, propor mudanças de paradigmas, na ótica do Comando Geral da Polícia Militar do Estado de Goiás, assim como chamar a atenção de todos sobre essa transformação de Policial Militar ativo para Policial Militar Inativo. Este servidor Estatal contribuiu para a elevação do nome e da reputação da corporação Militar Goiana, e por isso, merece toda dedicação e apreciação em suas demandas, mesmo depois de não combater diretamente a criminalidade.

### **3 – METODOLOGIA**

A passagem do Policial Militar do Estado de Goiás para Reserva Remunerada é eivada de incertezas, tanto por parte da Instituição, como pelos próprios agraciados. Isto posto, temos a criação do PARE - o Programa de Adaptação à Reserva dos Policiais Militares, uma tentativa da Instituição de se estabelecer, mesmo que tardia e imperiosamente, uma política pública para amenizar os impactos dessas mudanças de Policial ativo para inativo. Nesse contexto, essa pesquisa científica, está buscando compreender esse universo, e munida de boas informações proporrá sugestões para se minimizar os impactos dessa transformação.

Para materialização dessa pesquisa científica, foi empregado o método de pesquisa quantitativo descritivo, ou seja, será realizada uma pesquisa com os Policiais Militares do Estado de Goiás, que contem com no mínimo 28 anos de serviço, ou que já estejam na iminência de passar para a inatividade. A pesquisa será materializada por intermédio de um questionário

com 07 (sete) questões sobre o tema, que serão disponibilizadas aos entrevistados, e estes responderão em sistema binário de respostas (sim ou não). Posteriormente, ao se estabelecer dados dos anseios, desejos, visão dos entrevistados sobre o tema, algumas sugestões de criação de Políticas Públicas para o tema proposto poderão ser pensadas.

Para a revisão de literatura foram utilizadas como fontes de pesquisas e análises, Revistas (ISTOÉ, VEJA) em matérias que apresentavam o tema como conteúdo, dissertações de mestrado e doutorado e artigos científicos, que expressem o tema, vídeos, leis, decretos, provimentos, portarias e qualquer regramento que possa enriquecer a pesquisa, consultas à internet, assim como, uma interpretação mais profunda e ciclópica da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Utilizamos também o depoimento de outras pessoas sobre o tema, familiares, amigos, opiniões diversas (favoráveis e contras); dados que serão extraídos por intermédio de entrevistas com os atores envolvidos diretamente com o tema (favoráveis e contra).

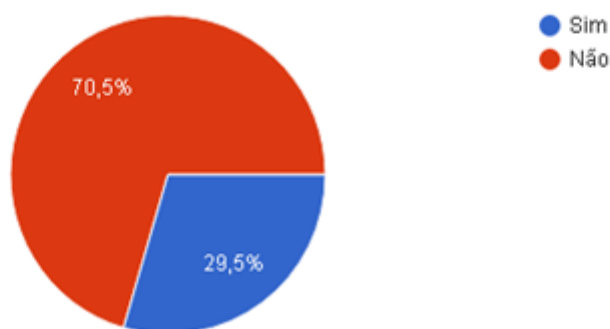
#### **4 – RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Realizamos uma pesquisa sobre o tema, com um questionário que foi respondido on-line, e foram disponibilizadas 07 (sete) perguntas com respostas binárias (sim ou não). Após a apuração das respostas obtivemos dados interessantes e importantes para se entender melhor a dinâmica do rito de passagem do Policial Militar do Estado de Goiás do serviço ativo para a inatividade (Reserva Remunerada e Reforma). Dentre as perguntas disponibilizadas destacamos essas 03 (três):

O policial se preparou, tem algum projeto ou planejamento futuro para essa mudança tão radical, de uma vida na ativa da PMGO para uma inativa? Número de respostas: 88 respostas. 70,5% dos entrevistados disseram que se prepararam e teriam algum tipo de projeto e planejamento para o futuro,

quando da passagem para a inatividade. 29,5% responderam que não tem nada organizado para a mudança de status.

Gráfico 1 – O policial se preparou, tem algum projeto ou planejamento futuro para essa mudança tão radical, de uma vida na ativa da PMGO para uma inativa?

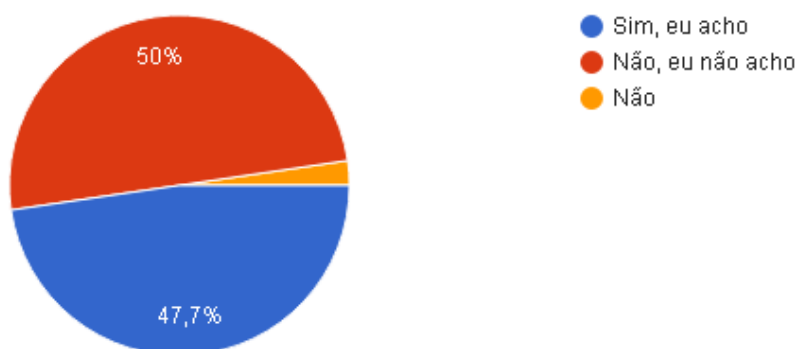


Fonte: Próprio Autor (2019)

Você conhece, já ouviu falar no PARE? Se sim, acha que é viável para ajudar o policial militar que está próximo de encerrar sua carreira na corporação? Número de respostas: 86 respostas. 47,7% dos entrevistados acham que o programa é viável pra ajudar o PM que está próximo de encerrar a carreira. 50% acham que o programa não apresenta as respostas para preencher as lacunas que existem quando o Policial Militar do Estado de Goiás vai para a inatividade. 2,3% disseram desconhecer o programa.

**Você conhece, já ouviu falar no PARE? Se sim, Acha que ele é viável para ajudar o Policial Militar que está próximo de encerrar sua carreira na Corporação?**

86 respostas

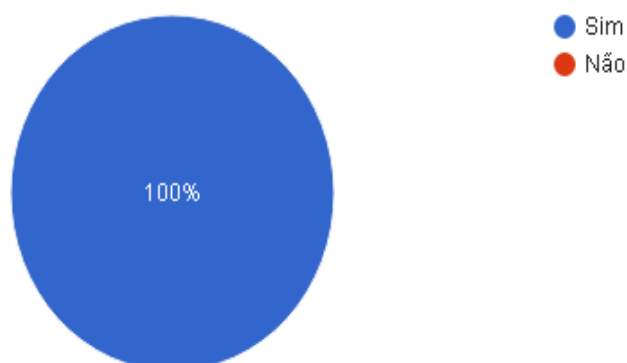


Fonte: Próprio Autor (2019)

Você entende ser necessária a criação de Políticas Públicas efetivas e direcionadas para os Policiais Militares, que irão ingressar na Reserva Remunerada? Número de respostas: 86 respostas, 100% dos entrevistados disseram que acham extremamente importante a criação de políticas públicas que sejam direcionadas aos Policiais Militares do Estado de Goiás que irão ingressar na inatividade.

**Você entende ser necessário a criação de Políticas Públicas efetivas e direcionadas para os Policiais Militares, que irão ingressar na Reserva Remunerada?**

86 respostas



Fonte: Próprio Autor (2019)

Podemos perceber dados interessantes, por exemplo, 100% dos entrevistados acham necessária a Instituição disponibilizar políticas públicas direcionadas aos Policiais Militares Goianos que estão prestes a ingressar na inatividade. Apenas 47% disseram conhecer o Programa de Adaptação à Reserva dos Policiais Militares (PARE), e que ele é viável para ajudar o PM-GO que está próximo de encerrar a carreira, ou seja, a implementação de Políticas Públicas direcionadas a esse grupo de Policiais Militares é bem positiva e bem recepcionada pelos integrantes da corporação goiana, mas o Programa em epígrafe, não está sendo bem divulgado, e não representa os reais anseios de mais da metade dos Policiais que estão prestes a ingressar na inatividade.

Outro dado interessante mostra que 70,5% dos entrevistados disseram que se preparam ou se prepararam, com planejamentos para o futuro, para ingressar na inatividade. Em detrimento das outras respostas, esse dado demonstra que grande parte dos Policiais Militares que estão às portas da entrada na inatividade, se preocupou com a vida futura. O que é importante, tendo em vista que, há inúmeras incertezas e medos em dias hodiernos. Nessa esteira, disponibilizar a esses policiais um programa que auxilia esse seu planejamento seria útil e ajudaria nessa passagem para a inatividade.

Outro ponto digno de ser ressaltado, é que a pesquisa foi realizada com uma maioria de Policiais Militares de Goiânia, Capital do Estado. Certamente, as respostas e os percentuais seriam bem distintos se a mesma pesquisa fosse realizada em outras cidades do interior, principalmente as do entorno de Brasília, pois a cultura e o sistema que rege cada cidade são bem diferentes dos ares da Capital. Quem mora próximo da Capital Federal, respira uma atmosfera diferente de quem mora em Edéia no interior do Estado de Goiás, que é diferente de quem mora na região metropolitana de Goiânia, como Aparecida de Goiânia.

Entretanto, a pesquisa serve para ilustrar a preocupação, que tem os Policiais Militares, com a sua passagem para inatividade, e esse ponto, entendemos que não é distinto, pois a maioria esmagadora vislumbra a necessidade latente de ter políticas públicas voltadas para esse momento tão singular na carreira do PM-GO.

O PARE é uma iniciativa boa, que tem o viés de ajudar nessa transição do Policial Militar Goiano da vida ativa para a inatividade, contudo, ele

apresenta algumas possibilidades corretivas ou de aprimoramento. Ele foi estabelecido para tentar preparar o Policial Militar goiano para a mudança de estado: *“Art. 2º - O PARE visa proporcionar aos policiais militares a oportunidade de planejar e orientar a transferência para inatividade na direção de uma efetiva realização pessoal”*.

Em nenhum momento os Policiais Militares da Reserva Remunerada, ou os que estão quase lá, foram convocados para opinarem sobre a criação desse programa. Sendo eles os destinatários do PARE, é razoável e bastante didático ouvi-los, questioná-los e tentar mergulhar no universo dessa classe de Policiais Militares do Estado de Goiás. O programa é desenvolvido por fases, em que o agraciado deve passar por elas para obter a totalidade do programa. Isso transparece uma dicotomia, já que, se foi criado um programa para adaptação dos Policiais Militares a Reserva Remunerada, não há necessidade de fases ou etapas, pois, se, por qualquer eventualidade o Policial não consiga passar por elas, ele não perderia a oportunidade de participar do programa.

No Art. 8 e incisos legam ao participante do programa alguns “benefícios”, dentre eles, *“I - escolha do mês de gozo de férias regulamentares”*, o plano de férias em quase totalidade das Unidades Militares do Estado de Goiás, tradicionalmente é feito pelo critério de antiguidade, o que quer dizer, que o Policial Militar que estiver com 28 ou 29 anos de serviço será fatalmente um dos mais antigos na graduação ou posto, sendo-lhe desnecessário esse benefício, o mesmo ocorre na concessão de Licença Especial, que está no inciso II. Escolha do horário na escala de serviço (inciso IV) é praticamente inviável, já que, as escala no Estado são padronizadas para todas as Unidades Militares, e a que vigora hoje na maioria dos quartéis é a de 24/72.

O parágrafo 2º e 3º (Os benefícios previstos nos incisos IV e VI dependerão de aprovação do comando da unidade após verificação da viabilidade de concessão sem prejuízo para o serviço operacional ou administrativo da OPM e o benefício previsto no inciso V fica condicionado à vaga existente, à aprovação do comandante da OPM escolhida e da capacidade de disponibilização da OPM de origem) só será concedido se o

comandante da unidade quiser ou não trazer nenhum prejuízo a instituição. Onde está o benefício? E em que hora será concedido?

O parágrafo 4º assim descreve: *“Para ter direito aos benefícios, o Policial Militar deverá contar com pelo menos 29 anos de serviço e concluir a primeira fase com aproveitamento, conforme regular a nota de instrução”*. Causa certa estranheza, um programa que busca minimizar os impactos da mudança do Policial Militar ativo para a inatividade, apresentar características bem autoritárias e milicianas, ficando bem claro, que o PARE é apenas uma tentativa de simplesmente eximir-se, como Instituição, de certas mazelas que acometem alguns Policiais Militares da Reserva Remunerada, visto que, o programa está disponibilizado a todos.

O PARE em seu Art. 12 trata do desligamento do programa, e no inciso III *“não concluir satisfatoriamente a primeira fase ou não entregar, em conformidade ao estabelecido, nos termos da nota de instrução, o Projeto de Vida na Inatividade”*, deixa bem claro o que realmente é o programa. O programa deveria tentar ajudar o Policial Militar a planejar sua vida na Reserva Remunerada, e não forçá-lo a entregar um plano de vida, sendo que ele ainda nem sabe o que será do seu futuro.

Como definir um planejamento pro futuro sem analisar todas as variáveis, por exemplo, como é a vida do Policial? Se ele é casado? E se for, será que a esposa também irá se aposentar? Em sendo negativa a resposta para essa pergunta, como delimitar um planejamento para apenas uma aposentadoria? E se tiver filhos sobre sua tutela em idade de estar estudando, como incluí-lo também nesse planejamento exigido pelo programa? São algumas perguntas que descortinam as incongruências do PARE.

Este programa é uma ideia é louvável, todavia, não há uma profunda preocupação com o ser humano Policial Militar goiano, que passará a ser o cidadão goiano, Policial Militar, mas também um cidadão que carece de todo o aparato disponibilizado a qualquer um cidadão. Este, que depois de enfrentar inúmeras adversidades, dificuldades, humilhações e imprecações, e toda sorte de problemas que o acompanharam durante aproximadamente 30 anos de serviços prestados, precisa passar por outro processo de seleção, para ter acesso ao PARE? Fica o questionamento.

## 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central deste trabalho foi demonstrar a carência de políticas internas e ações que tenham como foco primordial a preparação, a orientação e o acompanhamento do policial militar de Goiás após o ingresso na inatividade. O quadro delineado nesse texto acadêmico mostrou a evidente necessidade de políticas públicas voltadas para os policiais militares que estão na iminência de entrarem na inatividade. Além disso, procurou-se identificar se os Policiais Militares do Estado de Goiás reconhecem a finalidade e a importância de tais políticas públicas, como também verificar a percepção deles em relação à atuação da Instituição.

Foi disponibilizado um questionário eletrônico a alguns policiais militares goianos, com perguntas que apresentavam respostas binárias (sim ou não), e por meio das entrevistas foi possível perceber, que há sim uma necessidade de se implantar políticas públicas voltadas para os policiais militares que ingressam na inatividade, já que, existe uma ruptura abrupta quando esses policiais partem de sua vida ativa para uma inativa.

Como evidenciou-se nesse texto acadêmico, a própria Instituição entende a necessidade de proporcionar aos seus futuros ex combatentes um ritual de passagem tranquilo e efetivo. Por isso ela criou o Programa de Adaptação à Reserva dos Policiais Militares (PARE), que tem como escopo proporcionar aos policiais que estão prestes a ingressar na inatividade uma transição viável e pacífica

Nessa esteira, propõe-se nesse texto acadêmico a criação de políticas públicas que franqueiem aos policiais militares do Estado de Goiás, que estão as portas da vida inativa, uma transição mais amena com planejamento, estrutura e estabilidades financeira, psicológica e física, e que possibilite a estes policiais fruir com dignidade e prazer os benefícios da vida inativa, sem a temeridade que há em dias hodiernos, onde o policial militar que não encontra esse apoio e orientações, acaba sucumbindo a algumas mazelas sociais, sobretudo a ingestão, indiscriminada de bebida alcoólica.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. Ed. Forense. 2ª Edição 2018. (LEI FEDERAL)

LEI 8.033 de 02 de Dezembro de 1975 – Vide Decreto nº 8.353 de 30 de Abril de 2015 (Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Goiás), livre acesso ao público. (LEI ESTADUAL - GOIÁS)

LEI 13.559 de novembro de 1999 – Altera o Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Goiás, livre acesso ao público. (LEI ESTADUAL - GOIÁS)

PORTARIA nº 11252/2018, Institui, na Polícia Militar, o Programa de Adaptação à Reserva Remunerada dos Policiais Militares – PARE livre acesso ao público, 2018.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 13ª Edição. São Paulo: Editora Malheiros Editores, 1997.

FREITAS LEMES João Batista de, TAVARES Wilson Brasil Pinheiro. O Policial Militar e sua Passagem para a Inatividade – Artigo Científico para Curso de Especialização em Gestão Pública da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, 2011.

- Disponível em: [http://www.gabinetegoias.gov.br/ordinarias1975lei\\_8033.htm](http://www.gabinetegoias.gov.br/ordinarias1975lei_8033.htm) Acesso em 20 de Fevereiro às 2019.

- Disponível em: <https://www.infoescola.com/direito/codigo-civil-brasileiro> Acesso em: 21 de Fevereiro de 2019.

- Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/constituicao\\_federal](https://www.planalto.gov.br/constituicao_federal) Acesso em: 22 de Fevereiro de 2019.

- Disponível em: <https://PT.wikipedia.org/wiki/historiadooaposentado> Acesso em: 11 de Março de 2019.

- Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/legislacaopensionista>>  
Acesso em: 17 de Março 2019.
- Disponível em:  
<<https://pt.pesquisaopopular.org/impres/expectativadevida>> Acesso em:  
19 de Março 2019.
- Disponível em: <<https://istoe.com.br/tag/paulo-tafner/>> Acesso em: 19 de  
Março 2019.

## **ANEXO I**

### **O POLICIAL MILITAR E A RESERVA REMUNERADA NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS: A carência de políticas públicas após o ingresso na inatividade**

#### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E DE OPINIÃO PESSOAL E VOLUNTÁRIA**

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a) a opinar sobre "O POLICIAL MILITAR E A RESERVA REMUNERADA NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS: A carência de políticas públicas de acompanhamento do policial após o ingresso na inatividade. CLEISON GONÇALVES DOS SANTOS - O objetivo principal dessa pesquisa é propor sugestões de políticas públicas para aprimorar a passagem do policial militar do serviço ativo para o inativo.

"Declaro que, após convenientemente esclarecido pelo pesquisador e ter entendido o que me foi explicado, aceito participar do presente Projeto de Pesquisa

#### **QUESTIONÁRIO QUANTITATIVO**

Você se sente bem, no momento próximo ao final da sua carreira na Polícia Militar do Estado de Goiás?

Sim ( )

Não (....)

Você se preparou, tem algum projeto, ou planejamento futuro, para essa mudança tão radical, de uma vida ativa para uma inativa?

Sim ( )

Não ( )

Você se sente representado pelo Comando da Polícia Militar do Estado de Goiás, referente a sua futura passagem para inatividade?

Sim ( )

Não ( )

Você conhece, já ouviu falar no PARE? Se sim, Acha que ele é viável para ajudar o Policial Militar que está próximo de encerrar sua carreira na Corporação?

Sim, eu acho ( )

Não, eu não acho ( )

Se você fosse para a Reserva Remunerada hoje, amanhã, pensaria em retornar ao serviço ativo da Polícia Militar Goiana?

Sim ( )

Não ( )

Você, que está próximo de encerrar sua carreira na Corporação, acredita que a Instituição se preocupa com a dinâmica de vida do Policial Militar que está ingressando na Reserva Remunerada, e conseqüentemente na inatividade?

Sim ( )

Não ( )

Você entende ser necessária a criação de Políticas Públicas efetivas e direcionadas para os Policiais Militares, que irão ingressar na Reserva Remunerada?

Sim ( )

Não ( )